

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)



POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Antonio Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas e serviços de saúde 4 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-815-1

DOI 10.22533/at.ed.151210102

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas e Serviços de Saúde” compila 85 trabalhos técnicos e científicos originais produzidos por acadêmicos, docentes e pesquisadores de diversas Instituições de Ensino no Brasil; os textos – que abrangem diversas metodologias de pesquisa – refletem o caráter plural e multidisciplinar desta temática trazendo ao leitor não só o panorama atual das políticas públicas de saúde, mas também como os aspectos biopsicossociais e ambientais característicos de nosso país permeiam este cenário.

Este E-Book foi dividido em quatro volumes que abordam, cada qual, fatores os intrínsecos ligados à política e serviços no âmbito da saúde no Brasil, respectivamente: “Clínica em Saúde”, que traz majoritariamente revisões e estudos de caso no intuito de fornecer novas possibilidades terapêuticas; “Diversidade Social” que tem como foco as ações práticas da comunidade científica no contexto da atuação profissional em coletividades; “Educação em Saúde”, volume que apresenta, discute e/ou propõe opções inclusivas para o ensino de saúde em ambiente comunitário, hospitalar e escolar; e, por fim, “Epidemiologia & Saúde” que compila estudos, em sua maioria observacionais, com foco na análise da transmissão de doenças comuns no cenário nacional ou ainda investigam novas abordagens para o estudo do tema.

Agradecendo o empenho dos autores na construção dessa obra, explicita-se o desejo de que esta leitura contribua para a ampliação do conhecimento científico das políticas públicas nacionais em saúde e também que possa contribuir para novos estudos.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AUMENTO DOS CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA EM UMA MATERNIDADE DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS-PE

Lucivânia Machado da Silva Bernardo
Rosálva Raimundo da Silva
Geyssyka Morganna Soares Guilhermino
Thércia Mayara Oliveira Feitosa

DOI 10.22533/at.ed.1512101021

CAPÍTULO 2..... 15

COLONIZAÇÃO INTRADOMICILIAR E INFECÇÃO NATURAL DE TRIATOMÍNEOS VETORES DA DOENÇA DE CHAGAS EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2007 A 2015

Paula Braga Ferreira Silva
Bárbara Morgana da Silva
Gênova Maria de Oliveira Azevedo
Michelle Caroline da Silva Santos
José Alexandre Menezes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1512101022

CAPÍTULO 3..... 26

DENGUE: TRANSMISSÃO, ASPECTOS CLÍNICOS E ECOEPIDEMIOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DO IPOJUCA, PERNAMBUCO - BRASIL

Hallysson Douglas Andrade de Araújo
Jussara Patrícia Monteiro Vasconcelos
Giseli Mary da Silva
Tháís Nascimento de Almeida Siqueira
Thierry Wesley de Albuquerque Aguiar
Adriana Maria da Silva
Emily Gabriele Marques Diniz
Letícia da Silva Santos
Kaio Henrique de Freitas
André de Lima Aires
Andrea Lopes de Oliveira
Juliana Carla Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1512101023

CAPÍTULO 4..... 34

DIFICULDADES NO USO DE ESTUDOS ETNOBOTÂNICOS PARA A SAÚDE PÚBLICA: METANÁLISE DE ESTUDOS EM PERNAMBUCO

Caio Swame Santiago Paulino
Lucas Luan Raimundo Bezerra dos Santos Silva
Cristiane Gomes Lima

DOI 10.22533/at.ed.1512101024

CAPÍTULO 5.....	47
ESTUDO TRANSVERSAL SOBRE AS PRÓTESES SOBRE IMPLANTES REALIZADAS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA UNIOESTE	
Andressa Mara Cavazzini Veridiana Camilotti Márcio José Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.1512101025	
CAPÍTULO 6.....	52
FERRAMENTAS DO DATASUS PARA O ESTUDO DE MICOLOGIA MÉDICA	
Marina Cristina Gadêlha Deisiany Gomes Ferreira Beatriz Vesco Diniz Melyssa Fernanda Norman Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1512101026	
CAPÍTULO 7.....	61
IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA NA ELUCIDAÇÃO DE SURTOS DE DOENÇA DE TRANSMISSÃO HÍDRICA E ALIMENTAR	
Andreia de Oliveira Massulo Sonia Aparecida Viana Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.1512101027	
CAPÍTULO 8.....	69
INCIDÊNCIA E MORTALIDADE POR CÂNCER DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL	
Silene da Silva Correa Vanusa Manfredini	
DOI 10.22533/at.ed.1512101028	
CAPÍTULO 9.....	81
INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Cilas Galdino Júnior Paulete Maria Ambrósio Maciel Janine Pereira da Silva Gulliver Fabrício Vieira Rocha Maria Carlota de Rezende Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.1512101029	
CAPÍTULO 10.....	94
INTERNAÇÕES POR DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO NO ESTADO DO PARÁ	
Tayane Moura Martins	
DOI 10.22533/at.ed.15121010210	

CAPÍTULO 11..... 104

NOVO VÍRUS (COVID 19) – SITUAÇÃO QUE O BRASIL SE ENCONTRAVA NA CHEGADA DO VÍRUS E CONSEQUÊNCIAS DAS MEDIDAS ADOTADAS

Flávio Narciso Carvalho
Aíla Dias Nepomuceno
Maria Eduarda Meneguitte Teixeira
Marcos Henrique de Castro E Souza
Nicolly Cardoso Tagliati Rodrigues
Rágila Miriã de Oliveira dos Santos
Antonio Marcio Resende do Carmo
Pamella Carolina de Sousa Pacheco Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.15121010211

CAPÍTULO 12..... 114

O PROCESSO DE TRABALHO E OS EFEITOS SOBRE A SAÚDE DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Tiago de Oliveira Cruz
Luiz Felipe Silva Lima
Luciana Ribeiro da Silva Peniche
Eder Ferreira de Arruda

DOI 10.22533/at.ed.15121010212

CAPÍTULO 13..... 127

O USO DOS RECURSOS ERGOGÊNICOS E SUPLEMENTAÇÃO POR PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

André Luis do Nascimento Mont Alverne
Ronaldo César Estácio Cunha
Vitor Viana da Costa
Lívia Silveira Duarte Aquino
Carlos Alberto da Silva
Paula Matias Soares
Welton Daniel Nogueira Godinho
Guilherme Nizan Silva Almeida
André Accioly Nogueira Machado
Joana Aldina dos Santos Pinheiro Sampaio
Mabelle Maia Mota
Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho

DOI 10.22533/at.ed.15121010213

CAPÍTULO 14..... 138

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO E CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DOS PACIENTES DE HANSENÍASE DO HCFMRP-USP NO PERÍODO DE 2010-2015

Laura Boldrin Cardoso de Souza
Fernanda André Martins Cruz Perecin
João Carlos Lopes Simão
Elis Lippi Ângela Alves da Costa
Marco Andrey Cipriani Frade

DOI 10.22533/at.ed.15121010214

CAPÍTULO 15.....	150
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES POR NEOPLASIA MALIGNA DO COLO DO ÚTERO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS NO BRASIL	
Flavia Danielle Souza de Vasconcelos	
Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
Davi Wesley Ramos do Nascimento	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte	
Antonio Paulo Reis de Amorim Lisboa	
Matheus dos Santos do Nascimento Carvalho	
Camila Maria Beder Ribeiro Girish Panjwani	
DOI 10.22533/at.ed.15121010215	
CAPÍTULO 16.....	161
RELAÇÃO DA CONDIÇÃO CLÍNICO FUNCIONAL COM CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, TERAPÊUTICAS E LOCOMOTORAS DE IDOSOS RESIDENTES NA ZONA RURAL	
Danubya Marques de Deus	
Juliana Carvalho Schleder	
Clóris Regina Blanski Grden	
Luciane Patrícia Andreani Cabral	
Danielle Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.15121010216	
CAPÍTULO 17.....	173
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: PERFIL DOS AFASTAMENTOS DE SAÚDE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Bárbara de Oliveira Figueiredo	
Luiz Sérgio Silva	
Tiago Ricardo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.15121010217	
CAPÍTULO 18.....	190
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS: CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO	
Franciéle Marabotti Costa Leite	
Márcia Regina de Oliveira Pedroso	
Bruna Venturin	
Letícia Peisino Bulerirano	
Odelle Mourão Alves	
DOI 10.22533/at.ed.15121010218	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	201
ÍNDICE REMISSIVO.....	202

CAPÍTULO 6

FERRAMENTAS DO DATASUS PARA O ESTUDO DE MICOLOGIA MÉDICA

Data de aceite: 01/02/2021

Marina Cristina Gadêlha

Universidade Estadual de Maringá
Maringá– PR
<http://lattes.cnpq.br/9475257319929406>

Deisiany Gomes Ferreira

Universidade Estadual de Maringá
Maringá– PR
<http://lattes.cnpq.br/6645179832583070>

Beatriz Vesco Diniz

Universidade Estadual de Maringá
Maringá– PR
<http://lattes.cnpq.br/4031416110624452>

Melyssa Fernanda Norman Negri

Universidade Estadual de Maringá
Maringá– PR
<http://lattes.cnpq.br/5815874228908993>

RESUMO: O Estado passou a ter o dever de garantir saúde a população brasileira a partir da Constituição de 1988, o que foi consolidado com a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) através da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/1990). Era necessário a criação de um sistema capaz de gerir todos os dados relacionados à saúde do país, informatizado e tecnológico. Foi criado o Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Dentre os sistemas presentes no DATASUS, podemos citar o Sistema de informação de Mortalidade (SIM), Sistema de faturamento ambulatorial (SIA) e

hospitalar (SIH). Apesar de doenças fúngicas não serem de notificação obrigatória, informações contidas nestes sistemas podem ser utilizadas para estudos de micologia médica, como já é realizado por alguns pesquisadores. Nosso objetivo é mostrar como essas ferramentas do DATASUS (SIM, SIH e SIA) podem contribuir para o estudo em micologia médica. Sistema de informação em saúde SIM é onde são registradas as declarações de óbito, com informações básicas e essenciais para a construção de um sistema de vigilância epidemiológica. O SIH possui registros administrativos da autorização de internação hospitalar (AIH), utilizados por redes hospitalares municipais, estaduais, federais e até mesmo redes privadas, tornando uma fonte de dados que pode ser amplamente utilizada para diversos estudos. Já o SIA agrega os dados de produção ambulatorial não hospitalar financiados pelo SUS, que além de compilar os procedimentos realizados, serve como subsídio a gestores no monitoramento dos processos de planejamento, programação, regulação, avaliação e controle dos serviços de saúde ambulatoriais. Assim, estes sistemas apresentam dados públicos, os quais são possíveis levantar diferentes informações relacionadas às micoses, além de fornecer um panorama dos casos de micoses no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Micologia médica; DATASUS; SIM; SIH; SIA.

DATASUS TOOLS FOR THE STUDY OF MEDICAL MICOLOGY

ABSTRACT: The State has the duty of guaranteeing health to the Brazilian population

since the 1988 Constitution, which was consolidated with the creation of a Unified Health System (SUS) through the Organic Health Law (Law 8080/1990). It was necessary to create a system capable of managing all data related to health in the country, computerized and technological. The Department of Informatics of the SUS (DATASUS) was created. Among the systems present in DATASUS, we can mention the Mortality Information System (SIM), Hospital Information System (SIA) and Hospital (SIH). Although fungal diseases are not mandatory, information contained in these systems can be used for medical mycology studies, as already has been performed by some researchers. Our goal is to show how these DATASUS tools (SIM, SIH and SIA) can contribute to the study in medical mycology. SIM health information system is where death certificates are recorded, with basic and essential information for the construction of an epidemiological surveillance system. The SIH has administrative records of hospital admission authorization (AIH), used by municipal, state, federal and even private hospital networks, making it a data source that can be widely used for several studies. The SIA, on the other hand, aggregates the non-hospital outpatient production data financed by the SUS, which, besides compiling the procedures performed, serves as a subsidy to managers in the monitoring of planning, programming, regulation, evaluation and control processes of outpatient health services. Thus, these systems present public data, which are possible to gather different information related to mycoses, in addition to providing an overview of cases of mycosis in Brazil.

KEYWORDS: Medical mycology; DATASUS; SIM; SIH; SIA.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição brasileira de 1988, o Estado passou a ter o dever de garantir saúde à população brasileira, o que ficou melhor consolidado com a criação do SUS, através da chamada Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080) de 19 de Setembro de 1990. A Lei fala sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, além da organização e funcionamento dos serviços necessários para implementação do SUS. Sendo assim, era imprescindível a criação de um sistema capaz de gerir todos os dados relacionados à saúde do país, de maneira a servir de subsídio para medidas de saúde pública. Criou-se então, o DATASUS, a partir do Decreto 100 de 16 de março de 1991.

Dentre os diversos sistemas que o SUS criou para melhor organizar a gestão de informações em saúde, inicialmente, o DATASUS era composto principalmente dos seguintes sistemas: sistema de faturamento ambulatorial (SIA) e hospitalar (SIH); sistema de acompanhamento de “Nascidos Vivos” (SINASC); sistema de “Agravos de Notificação” (SINAN); sistema de informação de Mortalidade (SIM), além de outros pequenos sistemas voltados a gestão administrativa (BRASIL, 2002). Dentre as doenças de notificação obrigatória, não são encontradas doenças fúngicas. Contudo, todo e qualquer paciente admitido pelo SUS são cadastrados no sistema (BRASIL, 2007). Sendo assim, as informações contidas nestes sistemas podem ser utilizadas também para a pesquisa acadêmica, podendo ser observado nos estudos voltados à micologia médica que utilizam os dados provenientes destes sistemas (SOARES *et al.*, 2019; COUTINHO *et al.*, 2015).

Nosso objetivo é apresentar os três principais sistemas do DATASUS (SIM, SIH e SIA) a fim de observar como dados provenientes do Ministério da Saúde podem ser uma ferramenta rica para o estudo de micologia médica.

2 I SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE (SIM)

O Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), foi implantado de forma nacional pelo Ministério da Saúde em 1975, sendo que alguns Estados já faziam esse tipo de controle. Essas informações foram colocadas como básicas e essenciais para a construção de um sistema de vigilância epidemiológica (BRASIL, 2001). É o sistema de informação em saúde mais antigo, e seus dados são disseminados principalmente através da Internet (BRASIL, 2002).

Como ainda não havia um protocolo de como descrever óbitos, no início da década de 1970 havia mais de 40 tipos de atestados de óbito. Tendo então a necessidade de padronização deste documento, o Ministério da Saúde designou um único modelo de declaração de óbito (DO) e DO fetal, além dos dados necessários para o seu correto preenchimento e periodicidade que estes dados deveriam ser computados. Como o SIM foi criado não apenas com o objetivo de descrição dos óbitos, mas também com o intuito de divulgação nacional. Por ser um sistema informatizado que gera dados, esse passou por diversas modificações. A partir de 1976, a DO foi padronizada pelo Ministério da Saúde, seguindo o modelo Internacional de Atestado de Óbito, na parte relacionada às causas de morte, além de uniformizar o modelo de registro para que os dados pudessem ser comparados e adicionados ao SIM (BRASIL, 2011).

A DO possui 2 objetivos principais: 1) ser o documento padrão de uso obrigatório em todo o território nacional, para a coleta dos dados sobre óbitos e considerado como o documento apto para a lavratura da Certidão de Óbito, pelos Cartórios do Registro Civil (artigo 10 da Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009); e 2) determinar que os Cartórios do Registro Civil só podem liberar Certidão de Óbito mediante apresentação da Declaração de Óbito (artigo 77 da Lei Nº. 6.216, de 30 de junho de 1975), para que seja possível a liberação de sepultamento e outras medidas legais.

É através da DO que se adquire o conhecimento acerca do perfil de mortalidade no país e são planejados a grande maioria das políticas públicas de saúde (BRASIL, 2011). A DO é distribuída para as secretarias estaduais de saúde que posteriormente entregará às secretarias municipais, e aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, de forma gratuita (Art. 13 da Portaria nº 116 MS/SVS de 11/02/2009). Além destas, outros locais que recebem o formulário de DO para notificação são: estabelecimentos e serviços de saúde; instituto médico legal; serviço de verificação de óbito; médicos cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde; Cartório de Registro Civil, em locais onde não há médicos cadastrados (BRASIL, 2011). A DO é composta basicamente por oito Blocos, que possuem ao todo 59 variáveis.

Para o estudo de micologia médica, o bloco com informações mais relevantes é o bloco V, onde são descritas as condições e causas do óbito.

O Bloco V da declaração de óbito se destina a qualificar o óbito de acordo com as condições e causas que o provocaram. Ele abrange os campos 37 a 40, onde: Campo 37) a morte ocorreu: deve ser preenchido em caso de óbito de mulher em idade fértil; Campo 38) Descrever se o paciente recebeu ou não assistência médica durante a doença que ocasionou a morte; Campo 39) Realização ou não de necrópsia; Campo 40) Causas da morte: o médico preencherá as causas da morte, em duas partes.

A primeira parte deverá ser preenchida pela causa/doença ou estado que causou diretamente a morte (causa terminal). Em seguida, poderão ser adicionadas até duas causas antecedentes, que são estados mórbidos que produziram a causa terminal, e por último, menciona-se a causa básica. A segunda parte serve para preenchimento de condições mórbidas que podem ter contribuído para o óbito, mas que não pertenciam/ se incluíam na primeira parte, como por exemplo, doenças ou lesões que contribuíram mas que não conduziram diretamente o paciente ao óbito.

As causas da morte são preenchidas pelo médico e devem estar de acordo com o Modelo Internacional de Certificado Médico de Causa de Morte. Posteriormente, estas causas de morte recebem um código segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID) sendo utilizada atualmente a 10ª edição. Estes códigos são definidos após o médico preencher a DO, por um profissional capacitado, o codificador de causas de mortalidade.

No Manual do SIM de 2011, o Ministério da Saúde apresenta um novo documento: a DO epidemiológica. Instituída pela Portaria SVS nº 116, de 11 de fevereiro de 2009, ela tem como objetivo ser um instrumento de busca ativa, capaz de trazer maior qualidade nos dados informados na DO convencional. É utilizada para coletar dados de óbitos posteriormente conhecidos pelo sistema de saúde, em situações onde não há mais a possibilidade de verificar o óbito.

Em relação a estrutura, a DO e a DO epidemiológica são idênticas, no que se refere aos blocos e variáveis, entretanto, alguns diferenciais devem ser pontuados: A DO epidemiológica não serve para lavratura da certidão de óbito em cartório, desse modo, a sua elaboração não descarta a confecção da DO; A DO epidemiológica pode ser preenchida por outros profissionais que não sejam médicos, desde que os mesmos sejam bem orientados pelos gestores de saúde; possui uma única via e um destino, e é exclusiva das secretarias de saúde municipais e estaduais, não sendo distribuída para outras unidades notificadoras de óbito.

3 | SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR (SIH)

Na última década, houveram importantes avanços na possibilidade de acesso à dados por meio do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/

SUS). Essa base de dados possui várias características, como: armazenar dados para orientar gestores da área da saúde; ser um sistema de avaliação da qualidade de cuidados primários e cuidados hospitalares; além de proporcionar a possibilidade de análise do desempenho do SUS em partes específicas ou como um todo (LIMA, 2020).

O SIH/SUS foi desenvolvido em 1991, com o objetivo de substituir o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social (SAMHPS), utilizado desde 1981. Os dados armazenados no SIH/SUS são registros administrativos da autorização de internação hospitalar (AIH), utilizados por redes hospitalares municipais, estaduais, federais e até mesmo redes privadas, com ou sem fins lucrativos. Sendo assim, o sistema tem o objetivo de ressarcir as despesas dos pacientes internados nos hospitais que fazem parte do SUS (CERQUEIRA, 2020).

O SIH consiste em um importante instrumento de informação para gestores, todavia, seus dados sobre internação possibilitam estudos sobre perfis de morbidade e mortalidade dos estados brasileiros (CERQUEIRA, 2020). A base de dados está disponível para consulta no endereço eletrônico do DATASUS e a versão disponível na Internet é gerada sem a identificação pessoal dos pacientes. Esses arquivos trazem informações como, diagnóstico do paciente, dados demográficos, local, data, período de permanência e custos da internação, entre outras informações. A utilização de base de dados do SIH é bastante frequente, com aplicações nas análises comparativas entre bases de dados e na discussão da qualidade da informação disponibilizada.

O SIH/SUS permite, a partir de CIDs específicos (Classificação Internacional de Doenças) fornecidos pela 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, analisar dados de pacientes com infecções fúngicas em todo o país em diferentes anos, permitindo assim uma análise geoespacial das infecções fúngicas no Brasil. Alguns estudos já foram publicados utilizando o SIH para essa análise (COUTINHO *et al.*, 2015; Giacomazzi *et al.*, 2016). Porém, os dados fornecidos, não apresentam o valor real das micoses invasivas no país, mas acabam trazendo uma estimativa da nossa realidade.

Essa falta de dados no DATASUS se dá devido ao fato de que os fungos são comumente subestimados como agentes de doenças humanas e os casos de internações e mortes resultantes de infecções fúngicas são negligenciadas em sua maioria. Pacientes com infecções fúngicas graves requerem internação hospitalar podendo apresentar uma grande variedade de sintomas que dificultam o diagnóstico e terapêutica. As infecções fúngicas graves podem ser endêmicas, ou seja, causadas por agentes fúngicos verdadeiramente patogênicos, como a criptococose, coccidioidomicose, histoplasmose e paracoccidioidomicose, ou oportunistas, como no caso da aspergilose, candidíase invasiva entre outras infecções fúngicas causadas por agentes que são associados à doenças de base, procedimentos médicos invasivos e imunossupressão do hospedeiro.

Apesar das infecções fúngicas serem doenças graves e os pacientes estarem cada

vez mais susceptíveis, ocorre uma “invisibilidade epidemiológica”, onde a dificuldade no diagnóstico e a necessidade de profissionais experientes na área, dificulta a identificação e a notificação das infecções fúngicas no mundo. No Brasil, doenças fúngicas não integram a lista de doenças de notificação obrigatória, sendo poucas micoses como por exemplo a paracoccidiodomicose de notificação compulsória em estados que possuem um elevado número de casos, enquanto que outras micoses acabam sendo ainda mais negligenciadas (GIACOMAZZI *et al.*, 2016; SHIKANAI-YASUDA *et al.*, 2017).

Por esse motivo, mais estudos utilizando as bases de dados como SIH/SUS para pesquisas de micoses invasivas nas regiões do Brasil devem ser feitas ao longo dos anos, para que as instituições se atentem para a gravidade das infecções fúngicas no país, incentivando o diagnóstico e a notificação correta dos dados que alimentam o SIH/SUS, assim cada vez mais os dados analisados representarão a real situação dessas micoses no Brasil.

4 | SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL (SIA)

O SIA consiste no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS. Diferentemente dos outros sistemas, este agrega os dados de produção ambulatorial (não hospitalar) financiados pelo SUS. Teve implantação nacional em 1995 e, em 2008, passou a ter uma tabela unificada de procedimentos junto ao SIH (BRASIL, 2016). No que concerne ao número de procedimentos realizados, em 2019, foram registrados no SIA/SUS um total de 3.760.795.491 registros no Brasil. De janeiro a setembro de 2020, foram notificados 2.302.200.002 registros, de acordo com o DATASUS (BRASIL, 2020). Isso torna o sistema uma rica fonte de dados para pesquisa em saúde.

O objetivo do SIA, além de compilar os procedimentos realizados via SUS, é subsidiar os gestores estaduais e municipais no monitoramento dos processos de planejamento, programação, regulação, avaliação e controle dos serviços de saúde, na área ambulatorial (BRASIL, 2016). Tal base de dados registra a produção ambulatorial a partir dos documentos BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) e APAC (Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade). O BPA é dividido em BPA-C—consolidado, que integra atendimentos de forma agregada e BPA-I—individualizado, com informações individualizadas dos pacientes. A APAC é referente a procedimentos que necessitem de autorização prévia, como serviços de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, cirurgia bariátrica e medicamentos de dispensação excepcional e estratégicos (BRASIL, 2016).

Os estabelecimentos de saúde preenchem esses documentos e, após o processamento dos dados - passando pelo tratamento, consistência, validação e agregação, divulgados publicamente pelo DATASUS (BRASIL, 2016). O acesso a esse sistema pode ser feito via TABNET/ DATASUS (BRASIL, 2020), no qual podem ser baixados os dados tabulados ou na forma de microdados. Também é possível baixar os dados via

pacote Microdatasus em linguagem R (SALDANHA, BASTOS & BARCELLOS, 2019). Tais informações são de acesso aberto, gratuito e não contém identificação dos pacientes. Utilizando os códigos segundo CID, é possível filtrar os registros selecionando as doenças de interesse, em um determinado local e período de tempo (BRASIL, 2019).

O sistema traz dados quanto ao sexo, idade, município onde ocorreu o atendimento e município de residência do paciente; além disso, informa acerca do procedimento realizado, incluindo medicamentos, ambos codificados de acordo com o SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS) (BRASIL, 2016; BRASIL, 2019).

Apesar do número de dados, o SIA é um sistema subutilizado para pesquisa em saúde, sendo majoritariamente empregado em estudos sobre saúde bucal (ALMEIDA & FERREIRA, 2008; CELESTE *et al*, 2011; GOES *et al*, 2012). Outros estudos incluem cobertura da atenção básica (CARDOSO & VIEIRA-DA-SILVA, 2012; THUM, BALDISSEROTTO & CELESTE, 2019), hipertensão arterial (TANAKA *et al*, 2019), artrite reumatoide (GOMES *et al*, 2017) e registros de câncer (PERES *et al*, 2016).

Como observado, o SIA possui grande volume de informações, com abrangência nacional. Considerando doenças que não são de notificação obrigatória e que não provocam internações ou mortalidade significativas, como micoses superficiais, o SIA é um sistema que fornece informações as quais podem ser úteis em avaliar perfil epidemiológico de uma determinada população, bem como os gastos e procedimentos mais realizados dentro do SUS. No que tange às limitações do sistema, há a questão de que se tratam de dados secundários, por vezes incompletos, passíveis de erros de preenchimento e digitação. Além disso, a subnotificação é um problema presente em doenças cuja notificação não é obrigatória. (TARGINO, 2009). Entretanto, para doenças com dados epidemiológicos escassos, como as micoses humanas, dados do DATASUS como um todo podem fornecer um panorama dessas condições no país.

5 | AUTORIZAÇÕES/RECONHECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001 e suportado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no. 421620/2018-8.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilmar Celli Maia de; FERREIRA, Maria Ângela Fernandes. Oral health in the context of the Family Health Program: preventive practices targeting individual and public health. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 2131-2140, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000900019>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica – CGIAE. **Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Sistemas de Informação. **SIA – Sistema de Informação Ambulatorial do SUS: Manual de Operação do Sistema**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. **Sistema de Informações Ambulatoriais**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sia/cnv/qauf.def>. Acesso em: 08/12/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Divisão de Análise e Administração de Dados. **Disseminação de dados em Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIASUS - Informe Técnico**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de procedimento do Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle. **Manual técnico do Sistema de Informação Hospitalar**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Informática do SUS. **DATASUS Trajetória 1991-2002**. Brasília, DF, 2002.

CARDOSO, Marcelle de Oliveira; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. **Avaliação da cobertura da atenção básica em Salvador, Bahia, Brasil (2000 a 2007)**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1273-1284, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700006>.

CELESTE, Roger Keller *et al.* **Análise de séries temporais de procedimentos odontológicos em serviços públicos brasileiros, 1994-2007**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4523-4532, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001200025>.

CERQUEIRA, D. R.C, et. al. **Uma análise de base de dados do Sistema de Informação hospitalar entre 2001 a 2018: dicionário dinâmico, disponibilidade dos dados e aspectos metodológicos para a produção de indicadores sobre violência**. IPEA, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>. Acesso em: dez.2020.

COUTINHO, Z. F.; WANKE, B.; TRAVASSOS, C.; OLIVEIRA, R. M.; XAVIER, D. R.; COIMBRA, C. E. **Morbidade hospitalar por paracoccidiodomicose no Brasil (1998-2006)**. Tropical medicine & international health: TM & IH, v. 20, n. 5, maio 2015. DOI 10.1111/tmi.12472.

GOES, Paulo Sávio Angeiras de et al. **Avaliação da atenção secundária em saúde bucal: uma investigação nos centros de especialidades do Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, supl. p. s81-s89, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012001300009>.

GOMES, Rafael Kmiliauskis Santos et al. **Impacto da artrite reumatoide no sistema público de saúde em Santa Catarina, Brasil: uma análise descritiva e de tendência temporal de 1996 a 2009**. Revista brasileira de reumatologia, vol. 57,3: 204-209, 2017. doi:10.1016/j.rbre.2016.07.003

LIMA, C. P. **Comparando a saúde no Brasil com os países da OCDE: explorando dados de saúde pública**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola de Matemática Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2BmOMiB>>. Acesso em: dez. 2020.

PERES, Stela Verzinhasse et al. **Melhoria da qualidade e integridade do Registro de Câncer de Base Populacional de São Paulo: uso da técnica de linkage**. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 19, n. 4, p. 753-765, 2016. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600040006>.

SALDANHA, Raphael de Freitas; BASTOS, Ronaldo Rocha; BARCELLOS, Christovam. **Microdatasus: pacote para download e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS)**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 9, e00032419, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00032419>.

SHIKANAI-YASUDA, Maria Aparecida; MENDES, Rinaldo Pôncio; COLOMBO, Arnaldo Lopes; QUEIROZ-TELLES, Flávio de; KONO, Adriana Satie Gonçalves; PANIAGO, Anamaria M. M.; NATHAN, André; VALLE, Antonio Carlos Francisconi do; BAGAGLI, Eduardo; BENARD, Gil; FERREIRA, Marcelo Simão; TEIXEIRA, Marcus de Melo; SILVA-VERGARA, Mario León; PEREIRA, Ricardo Mendes; CAVALCANTE, Ricardo de Souza; HAHN, Rosane; DURLACHER, Rui Rafael; KHOURY, Zarifa; CAMARGO, Zoilo Pires de; ... MARTINEZ, Roberto. **Diretrizes brasileiras para o manejo clínico da paracoccidiodomicose**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 50, n. 5, p. 715-740, 2017.

SOARES, Emmanuel Alves; DOS SANTOS LAZERA, Márcia; WANKE, Bodo; DE FARIA FERREIRA, Marcela; DE OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes; OLIVEIRA, Adeno Gonçalves; COUTINHO, Ziadir Francisco. **Mortalidade por criptococose no Brasil de 2000 a 2012: um estudo epidemiológico descritivo**. PLoS neglected tropical diseases, v. 13, n. 7, jul. 2019. DOI 10.1371/journal.pntd.0007569.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi et al. **Hipertensão arterial como traçador para avaliação do acesso aos cuidados de saúde**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 963-972, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018243.07312017>.

TARGINO, Maria das Graças. **Informação em Saúde: potencialidades e limitações**. Informação & Informação, Londrina, v. 14, n. 1, p. 52-81, 2009. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2009v14n1p52>.

THUM, Moara Ailane; BALDISSEROTTO, Julio; CELESTE, Roger Keller. **Utilização do e-SUS AB e fatores associados ao registro de procedimentos e consultas da atenção básica nos municípios brasileiros**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e00029418, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00029418>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção primária 3, 6, 7, 13, 70, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 171

C

Câncer de colo do útero 69, 73, 77, 160

Colonização intradomiciliar 15

Coronavírus 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113

Covid-19 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

D

DATASUS 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 71, 72, 84, 96, 97, 102, 150, 151, 152

Dengue 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 95, 96, 97, 98, 99

E

Etnobotânica 34, 35, 37, 39

Exercício físico 132, 137, 166

H

Hanseníase 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149

I

Idosos 47, 49, 50, 65, 90, 93, 95, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Internação hospitalar 52, 56, 89, 97

M

Maternidade 1, 3, 5, 6, 9

Micologia médica 52, 53, 54, 55

Musculação 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136

N

Neoplasia maligna 150, 151, 152

O

Odontologia 47, 50, 51

P

Pandemia 104, 105, 106, 107, 110, 113

População indígena 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77

Prótese 47, 49, 50

R

Rede pública de ensino 173

S

Saneamento básico 28, 70, 94, 95, 96, 101, 102

Sars-cov-2 112

Saúde do trabalhador 67, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 173, 174, 175, 183, 187, 188

Saúde indígena 70

Saúde Pública 1, 2, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 28, 33, 34, 36, 37, 40, 43, 51, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 80, 93, 95, 103, 104, 105, 106, 125, 126, 141, 148, 150, 151, 160, 171, 172, 174, 186, 187, 198, 199

Sífilis congênita 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14

Sífilis gestacional 14

Surto 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 104, 106

T

Transtornos mentais 173, 176, 177, 178, 180, 186, 188

Triatomíneos 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25

U

Unidade de Pronto Atendimento 81, 84, 91

V

Vetores 15, 22, 23, 24, 25, 28, 32, 95, 98

Vigilância sanitária 44, 61, 64, 67

Violência infantil 198, 199, 200

Violência psicológica 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Z

Zona rural 9, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Zoonoses 23, 67

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 